



Entrevista com José Murilo de Carvalho

Entrevistadores: Weder Ferreira e Suelle Maiara Péres Oliveira

No dia 27 de junho de 2011 foi concedido o título de Professor Emérito do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro a José Murilo de Carvalho. Um dos mais completos intelectuais brasileiros da atualidade, José Murilo de Carvalho percorreu caminhos institucionais e intelectuais dos mais importantes do Brasil. É um intelectual que lê e interpreta avidamente o Brasil e devolve criativamente aos leitores retratos desse país como poucos da nossa tradição de intérpretes do Brasil. Nada mais oportuno, nesses 30 anos do Programa de Pós-Graduação em História Social, do que prestar uma homenagem a este intelectual que além de se dedicar à análise dos temas do pensamento social brasileiro, da formação do Estado nacional e dos percursos da cidadania tanto no Império, quanto na República, já fez e ainda faz parte das mais importantes instituições acadêmicas do país: DCP/UFMG, IUPERJ, CPDOC/FGV, Fundação Casa de Rui Barbosa, Academia Brasileira de Letras, Academia Brasileira de Ciências, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto Ciência Hoje e o Instituto de História da UFRJ.

A *Ars Historica*, em seu quarto número, tem o prazer de oferecer aos leitores uma entrevista inédita com o professor Emérito da UFRJ, José Murilo de Carvalho.

1) Professor José Murilo, gostaríamos de começar esta entrevista pedindo-lhe que nos fale de sua origem e formação acadêmica.

R. Nasci em 08 de setembro 1939, sete dias depois do início da Segunda Guerra Mundial. Mas creio que nem a guerra me causou nem eu a provoquei. Sou filho de um dentista, de família de pequenos fazendeiros da região do Campo das Vertentes, em Minas Gerais. Até 10 anos, fui um pequeno caipira que nunca pisara em escola, alfabetizado, com os irmãos, por meu pai, a única pessoa que sabia falar português corretamente na fazenda. Cursei o ensino médio num seminário franciscano em Santos Dumont e graduei-me em Sociologia e Política pela UFMG em 1965.

2) Como foi a experiência no DCP da UFMG? Qual foi o impacto dessa instituição na sua formação intelectual?

R. Frequentei a Faculdade de Ciências Econômicas, na época uma escola muito bem organizada, com professores jovens, competentes e dedicados. Estudava-se muito. Líamos Marx, Weber, Durkheim, Manheim, Gurvitch e os autores do ISEB. Havia bolsas para os alunos de graduação, espécie de PIBIC de hoje, mas ganhas por concurso. O bolsista era obrigado a dar tempo integral, ficar trancado o dia inteiro na escola, prestar assistência aos colegas e escrever uma monografia cada ano. A primeira que escrevi foi sobre Barbacena e foi publicada na *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Aluno que quisesse ser líder estudantil tinha que ser o primeiro da turma (as turmas começavam e terminavam juntas o curso). A política dividia-se entre AP, POLOP, PCB, à esquerda e, à direita, a TFP e os conservadores não religiosos. Como de costume, a esquerda costumava dividir-se, uma parte aliando-se à direita para derrotar a outra. Mas no golpe de 1964 os direitistas saíram às ruas denunciando e prendendo os colegas de esquerda. Militei na AP organizando sindicatos rurais. O professor que mais admirei foi o historiador Francisco Iglésias, amante da História, mas também da literatura e do cinema. Iglesias não procurava fazer discípulos, preocupava-se em formar pensadores e pesquisadores. Com ele aprendi a gostar da História e a não isolar das Ciências Sociais e de outras áreas das Humanidades.

3) E a sua experiência na universidade norte-americana, a Universidade de Stanford? Como te marcou a experiência acadêmica no exterior? Como foi o contato com outra língua, outra sociedade?

R. Foram dois os contatos com o mundo universitário norte-americano, o primeiro como aluno de Stanford, o segundo como convidado do Instituto de Estudos Avançados de Princeton. Stanford era à época e é até hoje uma das dez melhores universidades dos Estados Unidos, muito seletiva. Lá fiz mestrado e doutorado em Ciência Política, com bolsa da Fundação Ford. Era um sistema de quadrimestres muito pesado, sobretudo para quem tinha também que aprender a língua. Éramos forçados a cursar muitas disciplinas e a escrever de dois a três papéis cada quadrimestre. Havia professores de renome internacional, como Gabriel Almond e Sidney Verba. A orientação era predominantemente cientificista e quantitativista. De outro lado, era também a época do movimento hippie, da *flower generation*, e de oposição à guerra do Vietnã, muito forte na vizinha Berkeley e em São Francisco. Eram tempos de Bob Dylan, Joan Baez, Black Panthers, marijuana, LSD. Participei de algumas marchas de caras pintadas contra a guerra. Por sorte não fui pego, a punição era a expulsão do país. Na universidade, em reação ao tom conservador predominante, criaram uma universidade paralela em que se ensinavam coisas como ouvir pássaros, pintar corpos, guerrilha urbana, Mao-Tse-Tung. Uma festa.

Princeton foi muito diferente. O Instituto reunia a cada ano acadêmico pesquisadores de vários países em diversas áreas. A única obrigação era o almoço comum e a participação em seminários. A gente chegava, já tinha casa para morar e um escritório para trabalhar. Foi uma experiência extraordinária. Fiz contatos com historiadores norte-americanos, como Bernard Baylin e Bob Darnton, ingleses, como Laurence Stone, franceses, holandeses, indianos; com o antropólogo Clifford Geertz, o cientista político Michael Walzer, o economista Albert Hirschman. A experiência abriu janelas, destruiu barreiras entre disciplinas e multiplicou contatos com colegas de vários países.

4) Em que momento em sua trajetória a identidade do cientista político é desafiada pela do historiador?

R. Como disse, Iglésias me apresentou a História, embora uma História aberta ao diálogo. Meu primeiro trabalho sobre Barbacena já era história política. A tese de doutorado, publicada como *A Construção da Ordem e Teatro de Sombras*, também era histórica, embora a abordagem fosse de Ciência Política. Em Princeton, renovei o contato com várias correntes historiográficas, reforçado depois na Casa de Rui Barbosa e no CPDOC. Daí vieram *Os Bestializados* e *Formação das Almas*, já livros de história, embora não narrativa mas costurada por alguns conceitos importados das Ciências Sociais

5) Fale um pouco sobre sua passagem pelo IUPERJ, pelo CPDOC/FGV e pela Casa de Rui Barbosa. O interesse pelo tema do Pensamento Social Brasileiro se fortaleceu nesse contexto institucional?

R. De volta de Stanford, em 1969, fui para a UFMG, onde ajudei a fundar um programa de pós-graduação em Ciência Política. Foram anos duros de prisões e cassações, tanto de professores como de alunos. Fui colega do Carlos Alberto, companheiro de luta da presidente Dilma. Em 1978, vim para o IUPERJ, que durante anos manteve dois excelentes programas de Ciência Política e Sociologia. Em 1986, entrei para a Casa de Rui Barbosa, onde meu trabalho voltou-se marcadamente para a História, assim como em curtas passagens pelo CPDOC, onde voltei a estudar os militares, retomando um trabalho da graduação. A preocupação com o estudo do pensamento brasileiro vem desde a UFMG. Tanto lá como no IUPERJ era muito forte a presença de autores estrangeiros, sobretudo norte-americanos. Achei importante valorizar a prata da casa. Dei continuidade a esse esforço no PPGHIS, onde também há muita ênfase nos mestres europeus.

6) Neste ano o Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ comemora 30 anos. Como se deu seu ingresso no PPGHIS e como o senhor avalia o programa no cenário da pós-graduação em História no Brasil?

R. Resisti a voltar para a Universidade porque desde que cheguei ao Rio não tive mais contato com a graduação. Mas em 1997 decidi enfrentar o desafio e fiz o concurso de titular. No princípio foi um choque. Era outra universidade, eram outros alunos e outros tempos. Mas acabei gostando tanto dos alunos de graduação quanto dos da pós-graduação, a que estava mais acostumado. Por esta razão, e por nunca tendo buscado popularidade fácil, comoveu-me profundamente o abaixo-assinado de 504 assinaturas de alunos pedindo que se me concedesse a emergência. Quando entrei, o PPGHIS passava por importante fase de profissionalização e consolidação, a que procurei dar a contribuição que estava a meu alcance. Ao longo de 14 anos, vi o programa fazer progressos e colocar-se entre os melhores do país. Mas não há por que se deitar sobre os louros. Resta caminho a percorrer no esforço de manter, melhorar e diversificar o ensino e a pesquisa. Parar é retroceder.

7) Como foi sua entrada na Academia Brasileira de Letras? O senhor diria que a fronteira entre história e ficção é apenas uma convenção científica?

R. Nunca pensara em me candidatar. A ABL era mesmo vista nos meios universitários com certa reserva. Mas a vida nos traz surpresas e um ano depois de ter sido eleito para a Academia Brasileira de Ciências veio a eleição para a ABL. Aproveitei para oferecer no Departamento um laboratório sobre História e ficção. Minha posição a respeito das relações entre os dois campos já tinha sido exposta na aula inaugural que dei quando entrei para a UFRJ. Há, sem dúvida, grande proximidade entre os dois campos, pois não se faz boa História, a meu ver, sem alguma dose de imaginação. Nossas fontes são sempre uma amostragem de evidências e nem sempre sabemos de que são elas evidência. Daí a necessidade de imaginação criativa. Mas os protocolos de construção e de escrita são distintos nos dois campos e a distinção deve ser mantida. _O compromisso com as fontes e o respeito pela temporalidade são indispensáveis na História e dispensáveis na ficção. No entanto, que historiador já não sentiu, diante da impossibilidade de entender um período histórico por falta de fontes documentais, de mudar de registro e narrá-lo ficcionalmente? Só não o tentei por me faltar competência.

8) Atualmente o senhor participa do grande empreendimento editorial intitulado *História do Brasil Nação*, inclusive coordena o segundo volume (*A Construção Nacional, 1830-1889*), publicado recentemente. Qual é o objetivo desse projeto editorial ao abarcar a trajetória do país de 1808 a 2010? Em que medida ele se assemelha à coleção *História Geral da Civilização Brasileira*, dirigida por Sérgio Buarque de Holanda e, posteriormente por Boris Fausto?

R. Participei da *História Geral da Civilização Brasileira* com um artigo sobre militares, da *Cambridge History da América Latina*, organizada por Leslie Bethell e agora organizei o segundo volume do gigantesco projeto de história da América Latina patrocinado pela Fundação Mapfre. O projeto tem Lília Schwarcz como diretora dos cinco volumes referentes ao Brasil, cujo título geral *História do Brasil Nação (1808-2010)*. Os dois primeiros empreendimentos tinham escopo parecido: convocar historiadores para um esforço conjunto de escrever a história do país tendo em vista um público informado. Divergem, no entanto, pela seleção de autores, pelo tipo de organização e pelo estilo narrativo. A *Cambridge History* recorreu a um grupo mais internacional de colaboradores, fez um esforço maior de coordenação dos textos e adotou um estilo narrativo clássico. O projeto da Mapfre recorre a historiadores profissionais dos países envolvidos, mas visa um público mais amplo e multinacional. É uma tentativa de promover o conhecimento mútuo dentro do mundo ibérico. As duas coisas, profissionalismo e público amplo, geram a necessidade de usar um estilo despojado do jargão e da parafernália acadêmica sem abrir mão da qualidade. É mais difícil do que parece.

9) José Murilo de Carvalho é um intelectual de espírito público, ou seja, não são raras as vezes que a academia e a mídia demandam sua opinião sobre os temas públicos. Em que medida essas demandas do tempo presente desafiam o historiador José Murilo?

R. A morte do intelectual público já foi decretada várias vezes. Entre nós, no entanto, há constante demanda da mídia por sua participação e não vejo mal nisso. Mas é preciso muito cuidado. O historiador não pode se deixar confundir com o comentarista político, não pode dar palpite sobre tudo, inclusive sobre temas fora de sua área de pesquisa. Não pode virar figurinha fácil para resolver o problema de jornalistas que precisam de alguém para repercutir, como se diz, as notícias. Recuso mais do que aceito convites para falar e escrever. Dentro de seu campo, no entanto, e sem cair na crença da história mestra da vida, ele pode dar perspectiva histórica aos temas que lhe são apresentados e, até mesmo, fazer especulações com base em sua experiência profissional. É um serviço público.

10) Tramita no Congresso o PL nº368/2009 que estabelece a criação da profissão de Historiador no país. Qual a sua opinião sobre a profissionalização da carreira de historiador? Haverá uma ampliação do campo de atuação do profissional de História?

R. Sou contra a reserva de mercado para profissões baseada em diplomas acadêmicos, sobretudo no campo das Humanidades. Com tal reserva, nenhum de nossos historiadores até a década de 1940 poderia ter exercido a profissão. Muitos deles foram excelentes historiadores e ainda hoje há bons historiadores que não são formados em História. O que defendo é o que já existe, a obrigatoriedade do ensino de História no ensino fundamental e médio. A ampliação do campo de trabalho deve ser obtida pela diversificação do campo historiográfico para responder demandas sociais. Há hoje demanda de estudos históricos no campo da ecologia, do patrimônio, da memória, das minorias, da mundialização e assim por diante. Se os historiadores entrarem nesses e outros campos ampliarão seu mercado. É melhor do que usar o recurso de proteções corporativistas.

11) Sua trajetória acadêmica foi recentemente laureada com o título de Professor Emérito do Instituto de História da UFRJ. Qual a mensagem que o senhor daria aos jovens estudantes que têm ingressado nos diversos cursos de História espalhados pelo país?

R. Não sou muito de dar mensagens nem sei se as tenho para dar. Posso apenas dizer o que significa para mim o estudo da História. Ele é fascínio e desafio porque busca entender a sociedade humana em toda a sua complexidade. As Ciências Sociais procuram estabelecer regularidades, construir leis, a História está atenta à diversidade, à riqueza, à complexidade, trata do mundo da liberdade. O historiador, a meu ver, tem que ler muito para abrir suas antenas e ampliar ao máximo o repertório de perguntas a serem feitas aos documentos, tem que fugir à tentativa de forçar a realidade dentro de esquemas interpretativos produzidos pelos gurus do momento. Se fosse dar uma receita, diria: muita leitura, muita pesquisa, boa dose de imaginação e um texto claro e elegante.